

Em relação aos recursos destinados à Unesp, Unicamp e USP

Embora tenham dotação orçamentária definida – 9,57% do ICMS–Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE) –, especialmente a partir dos anos 2000 os valores repassados mostram-se insuficientes para garantir a continuidade do funcionamento destas três universidades, que estão entre as melhores instituições de ensino, pesquisa e extensão do país.

Portanto, ressalte-se, a falta de recursos que as têm assolado não se caracteriza como “crise financeira”, mas sim como “crise de financiamento”, e tem três razões centrais, apresentadas a seguir.

- Expansão sem recursos adicionais e perenes

O governo estadual fez promover uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades a partir do início dos anos 2000, contudo, não aumentou a dotação orçamentária para tanto.

A expansão na Unesp, iniciada em 2002, resultou na criação de oito novos *campi* e num expressivo aumento de cursos – segundo dados de 2016, já são 429 cursos de graduação e de pós-graduação – e, embora cercada de promessas do então governador Geraldo Alckmin, foi feita sem a injeção de recursos perenes necessários para o seu custeio.

Quando a extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, foi anexada à Universidade de São Paulo, a promessa era de aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS, o que não aconteceu.

Para a Unicamp, que criou o *campus* de Limeira, a promessa foi de 0,05% da quota-parte do ICMS, também “esquecida”.

O quadro a seguir mostra como a Unesp, a Unicamp e a USP cresceram nos últimos anos, ao contrário do que ocorreu com seu quadro de pessoal – quadro este que constitui seu efetivo *patrimônio social*, pois é ele que de fato mantém as atividades de ensino, pesquisa e extensão de qualidade que têm caracterizado estas três instituições educacionais, colocando-as entre as melhores do país.

Na página 4, confira quadro de crescimento das Universidades Estaduais Paulistas, comparativo entre os anos de 1995 e 2017

- Descontos indevidos

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deve ser a base de cálculo), itens como recursos destinados a programas de Habitação, multas, juros de mora e dívida ativa. É importante ressaltar que nenhum destes descontos na base de cálculo é feito quando é calculado os 25% do ICMS-QPM que são destinados aos municípios paulistas.

Que nossa posição fique absolutamente clara: reafirmamos que todos os investimentos relativos aos direitos sociais – Saúde, Educação, Habitação, Previdência, entre outros – constituem obrigações do Estado – e são essenciais à população. Contudo, insurgimo-nos contra a subtração de recursos do financiamento de uma destas obrigações do Estado para sustentar outras delas, como por exemplo a retirada de recursos da Educação Superior Pública para financiar os programas habitacionais públicos, que é o que acaba acontecendo com a sistemática adotada de expurgar os recursos para programas habitacionais antes do cálculo dos 9,57% do ICMS-QPE destinados às universidades.

Além do desconto da Habitação, as seguintes alíneas do orçamento do Estado também são excluídas da base de cálculo do percentual para as universidades estaduais:

1911: Multas e Juros de Mora dos Tributos

- 1911 4251 e 1911 4254 – do ICMS - parte do estado e parte Fundeb
- 1911 4261 e 1911 4264 – do ICMS s/ PPI-ICMS - parte do estado e parte Fundeb
- 1911 4271 e 1911 4274 – do ICMS s/ PEP-ICMS – parte do estado e parte Fundeb
- 1911 4281 e 1911 4284 – do ICMS s/ PEP-ICMS DEC 61625/2015 – parte do estado e parte Fundeb

- **1913: Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos**

- 1913 1551 e 1913 1554 – Juros de mora s/ ICMS inscrito - parte do estado e parte Fundeb

1919 50: Multas por auto de infração

- 191950 51 e 191950 54 – Multas p/infr. Reg. ICMS – parte do estado e parte Fundeb

1931 15: Receita da Dívida Ativa do ICMS

- 1931 1561 e 1931 1564 – ICMS Inscrito – acres. Financ.- parte do estado e parte Fundeb

1990 99: Outras Receitas

- 1990 9951 e 1990 9954 – ICMS não-inscrito acresc. financ. - parte do estado e parte Fundeb
- 1990 9971 e 1990 9974 – Acresc. Financ. s/PPI – parte do estado e parte Fundeb
- 1990 9981 e 1990 9984 – Acresc. Financ. s/PEP – parte do estado e parte Fundeb
- 1990 9991 e 1990 9994 – Acresc. Financ. s/PEP DEC 61625/2015 – parte do estado e parte Fundeb

As perdas na base de cálculo do percentual para as universidades estaduais paulistas devido a esta “exótica” interpretação do artigo 5º da LDO feita pelo governo estadual são enormes. Vejamos.

Perdas na base de cálculo da Unesp, Unicamp e USP, em R\$ milhões, em 1/1/2018

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3.659,77
2015	2.894,75
2016	2.951,06
2017	3.446,12
Total	12.951,7

OBS.1: Os valores de 2014, 2015 e 2016 foram corrigidos pelo IPCA até 2017

OBS.2: Nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas.

Ou seja, apenas de 2014 a 2017 deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 13 bilhões, o que resultou numa perda real de cerca de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

E nem estamos contando o montante de recursos que também é suprimido da base de cálculo do ICMS-QPE das universidades pela desastrosa redação dada à lei que criou o programa Nota Fiscal Paulista (desses recursos, só em 2016, R\$ 1.431.742.149,00 deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais paulistas).

Há tempos o Fórum das Seis vem denunciando essa inadequação. Ou seja, queremos que a Educação Superior Pública Estadual seja tratada pelo governo do mesmo modo como são tratados os municípios no que diz respeito ao cálculo dos 25% do ICMS-QPM, que é a parcela que lhes cabe.

Para corrigir essa distorção, e defender a Educação Pública e a qualidade do trabalho acadêmico realizado nas universidades estaduais paulistas, todos os anos o Fórum das Seis apresenta propostas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, pleiteando o aumento da alíquota do ICMS-QPE e a inserção da expressão “do total do produto do ICMS-QPE”. Mesmo no percentual atualmente em vigor, é primordial que o repasse do ICMS-QPE seja feito a partir do “total do produto do ICMS-QPE”.

- Insuficiência financeira

O total dos recursos para o pagamento de aposentados e pensionistas das universidades estaduais tem sido indevidamente descontado dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

Soma-se a esse quadro um outro grave problema. A chamada insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também tem sido custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na própria lei, que estabelece que “o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Atualmente, essa insuficiência financeira corresponde, em média, a aproximadamente 19,58% dos recursos oriundos do ICMS-QPE, repassados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar um índice superior a 30% em 2026.

Assim sendo, o governo do Estado se apropria de recursos significativos das universidades – um verdadeiro *sequestro* – ao “interpretar” a lei a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do Estado, estão obrigadas a cobrir tal insuficiência financeira. É necessário que o governo cumpra a lei em sua estrita definição do que seja a insuficiência financeira. Caso contrário, como mostram os números, Unesp, Unicamp e USP não sobreviverão nas próximas décadas, cabendo perguntar: a quem isso interessa? Pois, temos absoluta clareza de que isso não interessa à sociedade paulista e brasileira.

Em relação aos recursos destinados ao Centro Paula Souza

Embora rejeite a vinculação de verbas para o Centro Paula Souza, o governo tem usado, exaustivamente, as Escolas Técnicas (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC) como moeda eleitoral. Ao longo dos anos, a inauguração de novas unidades tem sido manchete constante na imprensa.

Uma expressiva expansão ganhou fôlego a partir de 2002, quando o Centro tinha 100 unidades. Em 2018, as informações oficiais apontam a existência de 293 unidades (222 ETEC e 71 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com 292,8 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários dos profissionais da instituição, bem como da sua infraestrutura física e laboratorial.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2017

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2017	Variação	1995	2017	Variação	1995	2017	Variação
Docentes	3.497	3.389	- 3,2%	2.259	2.155	- 4,6%	5.056	5.631	11,37%
Técnico-administrativos	7.918	5.986	- 24,4%	8.681	7.766	- 10,5%	15.105	13.713	- 9,21%
Cursos de graduação	80	136	70%	44	66	50,0%	132	321	143,18%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.725	79,19%	1.990	3.330	67,3%	6.902	11.114	61,02%
Alunos matriculados / graduação	19.618	37.997	93,68%	9.992	19.869	98,8%	33.479	58.957	76,10%
Cursos de pós-graduação	125	258	106,4%	85	154	85,9%	476	701	47,27%
. Mestrado	71	147	107,04%	46	82	67,4%	257	368	43,19%
. Doutorado	54	111	105,6%	39	72	79,5%	219	333	52,04%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	13.998	105,1%	8.771	16.618	89,4%	19.683	30.202	53,44%
. Mestrado	3.395	7.392	117,7%	3.830	5.671	48,06%	8.024	14.360	78,96%
. Doutorado	1.382	6.606	378%	2.996	6.559	118,9%	6.060	15.842	161,42%
. Especiais	2.047	4.149*	102,7%	1.945	4.388	125,6%	5.599	8.823	57,58%
Títulos outorgados (total)	581	3.312	470,05%	1.044	2.339	124,04%	2.643	6.820	158,04%
. Mestrado	433	2.085	381,5%	724	1.342	85,3%	1.584	3.742	136,24%
. Doutorado	148	1.227	729,05%	320	997	211,5%	1.059	3.078	190,65%

Fonte: Cruesp e Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP. / *Dado fornecido pela PROPG/Unesp

Universidades públicas publicam 95% dos artigos científicos produzidos no Brasil

Estaduais paulistas respondem com mais de 40% deste total

De acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da CAPES, “o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”.

Ainda segundo o estudo, “mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais”. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste, sendo que neste grupo as três estaduais paulistas contribuem com 41,02%.

Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa

Período 2011-2016

Universidade	Documentos na Web of Science	Impacto da citação	Artigos no Top 1 (%)	Artigos no Top 10 (%)
Univ. de São Paulo (USP)	54.108	0,93	1,06	7,96
Univ. Estadual Paulista	20.023	0,79	0,69	6,10
Univ. Estadual de Campinas	17.279	0,94	1,22	8,35
Univ. Federal do Rio de Janeiro	16.203	0,93	1,11	8,18
Univ. Federal do Rio Grande do Sul	14.611	0,89	0,86	6,6
Univ. Federal de Minas Gerais	13.294	0,88	0,67	6,24
Univ. Federal de São Paulo	10.667	0,93	1,05	6,15
Univ. Federal do Paraná	8.233	0,67	0,44	5,31
Univ. Federal de Santa Catarina	7.908	0,91	0,66	6,79
Univ. do Estado do Rio de Janeiro	6.433	1,01	1,45	8,98
Univ. Federal de Pernambuco	6.420	0,73	0,48	5,51
Univ. Federal de Viçosa	6.373	0,63	0,56	4,33
Univ. de Brasília	6.218	0,89	1,13	6,10
Univ. Federal de São Carlos	5.794	0,72	0,50	6,28
Univ. Federal de Santa Maria	5.750	0,65	0,24	4,96
Univ. Federal do Ceará	5.621	0,76	0,75	6,12
Univ. Federal Fluminense	5.441	0,71	0,70	5,99
Univ. Federal de Goiás	4.217	0,74	0,81	5,90
Univ. Federal da Bahia	4.198	0,81	0,88	6,77
Univ. Estadual de Maringá	4.067	0,61	0,44	4,50

Fonte: Research in Brazil - A report for CAPES by Clarivate Analytics - 2017

Fonte: Trechos e tabela extraídos do artigo “UNIVERSIDADES PÚBLICAS RESPONDEM POR MAIS DE 95% DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO BRASIL”, de autoria de Mariluce Moura, publicado em 11 de abril no Ciência na Rua.